COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL - SEL/SERVIN

PROCESSO	SQL/INCRA	NOME
2013-0249291-4	0008304400405-1 1	LUCIO SERPA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTD
2013-0290896-7	0004512400400-1 6	JHMO PROMOCOES E EVENTOS S/C LTDA
2016-0273268-6	0003805100426-1 18	GRAFICA EDITORA GUTEPLAN LTDA.
2017-0094521-8	0020005000422-1 1	JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL IND COM PRD SAUDE LTDA
2016-0064706-1	0001305301234-1 14	SOCIEDADE DE INSTRUC.E BENEF.COLEGIO STELLA MARIS
PROCESSO	SQL/INCRA	NOME
2016-0055308-3	0005608900146-1 2	MM INCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
2016-0214305-2	0006814600374-1 3	EMILIO RAMPAZZO
2017-0006297-9	0011533100402-1 1	EDSON DONIZETE DE OLIVEIRA
2017-0094673-7	0011115700218-1 1	JAIME SASTRE DE ANDRADE
2017-0094080-1	0005914900182-1 1	RO-MA INCORPORACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
2017-0082559-0	0013107100136-1 1	GUIRICEMA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A
2017-0034466-4	0006920502704-1 1	ROGERIO RODRIGUES TORTORO
2016-0271060-7	0006910600568-1 2	RUBIM AFONSO JANTSCH
2016-0185344-7	0005306900046-1 2	A.T.V. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
2016-0186870-3	0005811100027-1 2	ANTONIO CLEMENTE TORRES

COORD.ATIV. ESPECIAL E SEGURANCA DE USO - SEL/SEGUR

PROCESSO	SQL/INCRA	NOME
2012-0343978-0	0019006001081-1 21	ATACADAO DISTRIBUICAO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
2016-0228572-8	0002802202863-1 20	CLUBE ATLETICO JUVENTUS
2017-0109127-1	0010516000119-1 10	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
2017-0140891-7	0000303301082-1 9	GLOBAL CHINA BRASIL HOTEL LTDA - EPP
2016-0207500-6	0001401403727-1 5	CONDOMINIO EDIFICIO BARAO DE PEDRA NEGRA
2013-0127498-0	0003610701269-1 1	CLARO S/A

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANÇA DE USO

SEGUR-2

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS--SEGUR-2

Pela presente, fica V.Sa. Intimado a Executar as Obras e Serviços relacionados , nos prazos fixados pelos Peritos no cronograma físico-financeiro que integra o L.T.S. referente a Edificação acima e aceitos por este Departamento, os quais se contarão a partir da data de publicação desta Intimação no D.O.C.. O não cumprimento desta Intimação pela Inexecução de cada Obra ou Serviço no termino do prazo parcial fixado no cronograma físico-financeiro, acarretará a não expedição do Documento Municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança bem como a aplicação da seguinte penalidade: Multa no valor constante do quadro IV anexo a Lei 9.433 de 01 de abril de 1982.

00220/SEL/SEGUR-2/2017-2015-0.220.157-3- FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS ASSOC EDUC LTDA -FMU; R AGOSTINHO RODRIGUES FILHO, 00201 - SAUDE; 360 DIAS.

00221/SEL/SEGUR-2/2017-2015-0.055.174-7- CONDOMINIO EDIFICIO MANHATTAN; R JARDIM IVONE, 00017 - VILA MARIANA; 180 DIAS.

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS--SEGUR-2

Pela presente, fica V.Sa. Intimado a Executar as Obras e Serviços relacionados , nos prazos fixados pelos Peritos no cronograma físico-financeiro que integra o L.T.S. referente a Edificação acima e aceitos por este Departamento, os quais se contarão a partir da data de publicação desta Intimação no D.O.C.. O não cumprimento desta Intimação pela Inexecução de cada Obra ou Serviço no termino do prazo parcial fixado no cronograma físico-financeiro, acarretará a não expedição do Documento Municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança bem como a aplicação da seguinte penalidade: Multa no valor constante do quadro IV anexo a Lei 9.433 de 01 de abril de 1982.

00223/SEL/SEGUR-2/2017-2014-0.297.184-9- FUNDACAO GETULIO VARGAS; AV PAULISTA, 548 - BELA VISTA; 330 DIAS.

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS--CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE

PELA PRESENTE, FICA V.SA. INTIMADO A EXECUTAR AS OBRAS E SERVIÇOS RELACIONADOS ABAIXO, CONFORME LEI Nº 16.642/17, DE 09 DE MAIO DE 2017. O NÃO CUMPRIMENTO DESTA INTIMAÇÃO PARA OBRAS E/OU SERVIÇOS NO TÉRMINO DO PRAZO FIXADO, ACARRETARÁ NO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE E DEMAIS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO 57.776/17.

00222/SEL/SEGUR-2/2017-2017-0.119.279-5- NISSIN FOODS DO BRASIL LTDA; R ALVES GUIMARAES, 01297 - JARDIM AMERICA; 180 DIAS.

DEPARTAMENTO DE USO DO SOLO

COMUNIQUE-SE

2017-0.173.955-7-Meribaspe EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE S/A.

; LOCAL: Rua Gerivativa, s/nº esq Rua Pirajussara, 71, 87 e 95 e Des. Armando

Fairbanks, 32, Butantã, São Paulo, SP; ASSUNTO: Certidão de Transferência de Potencial

Construtivo.

Comunicar aos interessados dos imóveis cedente e receptor:

1) Para a emissão de Extrato de Potencial Construtivo Transferido da Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência SMUL/DEUSO Nº 0122/17 e da Certidão de Potencial Construtivo Passível de Transferência SMUL/DEUSO 017/17, deverá ser registrado junto aos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis os valores referentes à transferência de potencial construtivo efetuada, de acordo com o § 2º do artigo 12 do Decreto nº 57.536/16:

- Imóvel cedente: na Matrícula N. 171.462, registrada no Livro Nº 2 do Registro Geral do 8º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo registrar o potencial construtivo cedido de 3.749,53m, ficando o imóvel com o potencial construtivo passível de transferência remanescente de: 3.749,53 – 3.749,53 = 0,00 m², nos termos do Extrato de Potencial Construtivo Transferido da Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência SMDU/DEUSO Nº 0122 a ser emitida conforme PA 2017-0.173.955-7.

- Imóvel receptor: na Matrícula N. 241.644, registrada no Livro Nº 2 do Registro Geral do 18º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo registrar o potencial construtivo recebido de 8.567,44m² por meio de Transferência de Potencial Construtivo nos termos da Certidão de Transferência de Potencial Construtivo SMUL/DEUSO 017/17 a ser emitida conforme PA 2017-0.173.955-7.

2) Devolver a via original da Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência SMDU/DEUSO 0122A/17.

3) Apresentar ao DEUSO/SMUL vias originais ou cópias autenticadas das matrículas atualizadas dos imóveis receptor e cedente contendo as referidas averbações referentes à transferência de potencial construtivo efetuada.

4) A diferença de área construída computável pretendida no empreendimento deverá ser obtida através de Outorga Onerosa;

5) Os documentos solicitados deverão ser apresentados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da publicação deste D.O.C. O não atendimento do prazo estabelecido implicará na anulação das 3 (três) vias da Certidão e da respectiva Declaração de Saldo, no indeferimento do pedido e arquivamento do processo administrativo, conforme o disposto no artigo 13 do Decreto Nº 57.536, de 2016.

HABITAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

6ª GESTÃO

Data da Reunião: 10 de outubro de 2017

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos dez dias do mês de outubro do ano 2017, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) **Conselheiros (as) do Poder Público**: Gilmar Souza Santos (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marlene F. da Silva Miamoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urb. e Licenciamento); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Juliana Jacometto Marchi (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Fernando Arevalillo Llata (Cons. Poder Público/CDHU) e Fernando Augusto Marques Cera (Conselheiro Poder Público/CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: Mariza Dutra Alves (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia L. do Nascimento (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); Simone de Sousa Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de julho); Mônica Fátima Ziliani (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto da Zona Oeste); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia Região Sudeste); Maria dos Santos Almeida (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Ana Paula da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Edinalva S. Franco (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Péricles de O. Santos (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Urânide Sacramento Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradia do Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Cons. Mov. Populares/Mov. Def. do Favelado Episcopal Belém); João B. da Costa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Def. e Orientação Cons. Contribuinte de SP); Verônica Kroll (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Rosalvo Salgueiro (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Silvana de Jesus Alves (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Cons. Movimentos Populares/IPAC) e Ana Maria Carneiro Procópio (Cons. Movimentos Populares/MAC). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Soc. Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Soc. Civil/APOIO); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/FAU-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Adelcke Rossetto Netto (Cons. Soc. Civil/PEABIRU) e Márcio Jeda Chéde (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP). **Ausentes os (as) Conselheiros (as)**: Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Regina Helena Nader (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urbanismo e Licenciamento); Alex Sandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Camilla M. F. Oliveira (Conselheira Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Ricardo Luís Mellao (Conselheiro Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Vladimir Ávila (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/SF); Sebastião Marques Barbosa Júnior (Cons. Poder Público/Sec. Municipal da Fazenda); Cristiane Genofre Zabatiero (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Trab. e Empr.); Carlos M. Kiyomoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Trab. e Empreendedorismo); Luís Octavio da Silva (Conselheiro Poder Público/PROCENTRO); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheira Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Cons. Poder Público/CEF); Everaldo Manoel de Aguiar (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trab. Sem Terra Leste 1); José de Jesus F. Da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Cons. Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Adriana de Freitas Siqueira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Nestor Quintos de Oliveira (Cons. Mov. Populares/Assoc. de Mor. Parque Otero); Jenilda Silva Araújo (Cons. Mov. Pop./Mov. Def. Favelado Reg. Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Adriana da S. Oliveira (Cons. Mov. Pop./Assoc. de Def. e Orient. ao Cons. Cont. de SP); Marisete Aparecida de Souza (Cons. Mov. Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Cons. Mov. Pop./Fórum dos Mutirões de SP); Rogevaldo R. Cesário (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Vicente Leme Filho (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Antônio Santiago Quintana (Cons. Movimentos Populares/MAC); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Soc. Civil/APEMEC); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Carina Mie Saito (Cons. Soc. Civil/ CTB-SP); Laísa Eleonora Marostica Sthoher (Cons. Soc. Civil/CUT-SP); Paula Fernanda Faria Rodrigues (Conselheira Soc. Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Cristina Boggi da Silva (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Reinaldo Martines Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Alfredo Vieira da Cunha (Cons. Soc. Civil/CREA-SP); Luciana de Oliveira Royer (Cons. Soc. Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Fabiana Alves Rodrigues (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Celeste Maria Gama Melão (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamauchi (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Cons. Soc. Civil/SASP);; Isadora Guerreiro (Cons. Soc. Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Cons. Soc. Civil/USINA). **Justificaram a ausência os (as) senhores (as)**: Fernando Chucre (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Wellington Augusto Machado Sendas (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Carolina Rafaella Ferreira (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP) ; Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Cons. Soc. Civil/SASP) Ronaldo Cury de Capua (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP) e Maristela Alves Lima Honda (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP). **Presentes os (as) convidados (as)**: Ana Maria Maluf Moussalli (CMH/SEHAB); Antônio Marsura (SEHAB-G); Analice Ito do Nascimento (SEHAB-G); Carolina Ferreira Ribal (SEHAB-G); Milena de Mayo Ginjo (SEHAB); Patrícia Gilmetti (SEHAB-Imprensa); Rogério Augusto Borges Feitosa (SEHAB-ATAJ); Reinaldo Iapequino (SEHAB/COHAB); Paula Santoro (FAU-USP) e Jocemar (CONEPE-MOP). Outras vinte e duas pessoas assinaram a lista de presença. **Pauta da reunião**: Apresentação da estrutura da Parceria Público Privada da Habitação no Município de São Paulo. O Sr. Gilmar dá início aos trabalhos. **Sr. Gilmar** - É um momento importante para a Secretaria Municipal de Habitação. É um momento importante para a Cidade de São Paulo. Agradeço os senhores e as senhoras terem atendido a nossa convocação porque, na verdade, nossa reunião estava marcada para o dia 26 de outubro, e nós, de forma extraordinária, pedimos esta reunião hoje, no dia 10 de outubro de 2017, para uma apresentação importante da estrutura da Parceria Público Privada da Habitação no Município de São Paulo. Antes de levarmos essa apresentação da PPP para a câmara municipal, na audiência pública, que deve ser legítima, para o debate com os vereadores da Cidade de São Paulo, tivemos a preocupação de discutirmos isso no CMH, até porque é o Conselho Pleno, que tem legitimidade e tudo que está sendo feito é para a melhoria na Cidade de São Paulo, para trabalharmos esse déficit habitacional. **Sr. Reinaldo** - Quero aqui colocar para os senhores qual é o estágio dos trabalhos que vão levar à implementação desse projeto da PPP. Sempre procuro fazer o alinhamento das coisas que estamos desenvolvendo com as metas, com os programas de metas, ou seja, com os instrumentos formais de ação da atividade pública na área de habitação. Então, na nossa meta de habitação, há vários programas e ações. A PPP está dentro de uma delas, está dentro da meta que trata da provisão de moradia e está junto também com aquele programa que vai tratar do Aluguel Social, que vem sendo discutido dentro da secretaria e aqui dentro do Conselho e dentro das atividades que já existem. Temos como meta, na última vez que estive presente aqui, que falamos da PPP, a meta de entrega da PPP são quatro mil unidades até o final da gestão. Por que falamos de meta de entrega? O programa é maior do que isso, mas, evidentemente, ele tem um processo de execução, um processo de desenvolvimento e, na prefeitura, mais do que no Estado, os colegiados são mais complexos e maiores. Então, procuramos seguir todo o ordenamento legal e institucional e toda uma liturgia que temos que perseguir dentro dos colegiados que há. Este é um deles. Mas temos a câmara municipal e outras áreas que vamos precisar ouvir; vamos precisar fazer uma audiência pública, uma consulta pública. Então, estamos procurando dar os passos muito seguros para que esse projeto tenha êxito. É muito importante dizer que a PPP não é o programa de habitação. É uma ação dentro dos demais programas, ou seja, ele complementa um leque de programas e ações da secretaria. E o Programa de PPP que procuramos desenvolver para o qual fomos chamados para contribuir, há uma equipe, vimos discutindo isso internamente, do ponto de vista técnico, ele tem esse caráter de complementaridade em relação aos demais programas. Ele não é um programa isolado. Rigorosamente, se fôssemos examinar, precisa fazer PPP? Não precisa. Mas, dentro do espectro dos problemas habitacionais que encontramos, nos vemos quase que na obrigação de desenvolver uma alternativa adicional, por várias razões. A primeira delas é a restrição orçamentária. E, mesmo nos tempos em que o orçamento não tinha tanta restrição, a capacidade de investimento público em habitação era pequena. Evidentemente, quando havia também a questão do Minha Casa Minha Vida mais resolvido, com mais recursos, com mais abundância, ainda sim faltava um elemento de complementar o que procuramos chamar de um menu de atuação ou um cardápio de atuação. Então, é nesse contexto que preciso colocar aos senhores que a PPP se insere, ou seja, ela vem para ser mais um programa dentro. É um instrumento poderoso, para podermos proporcionar uma oferta em uma escala maior do que normalmente operamos, porque isso delega uma série de atividades que estão nas áreas operacionais da SEHAB e COHAB hoje, que, se entregamos para um privado, ele consegue organizar um pouco melhor. Porque temos diversos empreendimentos, diversos programas, e as equipes são sempre as mesmas. Para começar um a acelerar o outro, tem que desacelerar um ou terminar outro programa, outra ação. Então, somos limitados pelos recursos que dispomos, não só financeiros e orçamentários, mas também materiais e humanos. Então, a PPP, quero deixar bastante claro que ela nasce nesse caráter complementar. Casa da Família é uma marca que foi criada e está colocada dentro do Plano de Metas. Tenho certeza de que muitos dos senhores já leram, mas, se forem lá, vão encontrar Casa da Família, provimento de habitação, habitação social e PPP está lá dentro. Então, essa é a marca da PPP de habitação social do Município de São Paulo que queremos desenvolver. É a Casa Paulista. Quero registrar aqui a presença do Presidente da COHAB, Edson Aparecido. Vejam que temos diversas atuações. A PPP é uma delas. Temos regularização, Locação Social, urbanização de favelas e o Minha Casa Minha Vida, que também é um carro forte dentro dos projetos, apesar das restrições que encontramos hoje. Então, o contexto da nossa apresentação é esse daí. Vou procurar ser bastante objetivo, para privilegiar um pouco as discussões e dúvidas que por ventura os senhores venham a apresentar. Tudo que fazemos, pelo menos o que me proponho a fazer, procuro contextualizar dentro do problema que temos que enfrentar. Segundo o Plano Municipal de Habitação que está proposto na câmara municipal, que agora tem uma determinação para uma retomada e acelerar as discussões dentro da edilidade lá, temos um número de déficit, e aqui só vou me ater ao chamado déficit quantitativo, que é o número de unidades que precisam ser ou repostas ou ser construídas novas. Esse é um número que encontramos no Plano Municipal. São 470 mil. E vou falar em ordem de grandeza. Não vou me ater aos quebrados. E 75% disso são para a Faixa de Renda de 1 a 6, ou de 0 a 6, como muitos preferem dizer. De 0 a 6 salários. E 25% disso também têm uma demanda reprimida no chamado HMP. Por que falamos de HMP e HIS? Porque o HMP, junto com o HIS, é o que compõe o que chamamos de espectro mesmo. HIS e HMP compõem o foco da política. O Minha Casa Minha Vida, sabemos que ataca fortemente o 0 a 3, que é o FAR, o FDS, na chamada Faixa 1 também. Na hora em que combinamos Faixa 1 e os HISs, temos certa discrepância em termos de categorizações e não vou me perder nisso agora. Mas, por exemplo, o três salários vai até R$2.811. Se pegamos Faixa 1, vai até no máximo R$1.800, R$1.600. Então, há uma concentração bastante forte do Minha Casa Minha Vida dentro da chamada Faixa 1, que é abaixo até do que temos na legislação municipal de HIS 1, que vai até três salários. Mas o contexto é sempre esse: temos em mente um número de 470 mil unidades para fazer, 350 mil para a população referida ao chamado HIS, à unidade chamada HIS. Aqui, essa bola mostra um pouco o recurso que temos do orçamento do município, como ele se distribui em tese, porque na execução, às vezes, acaba acontecendo de uma coisa andar mais depressa que a outra, mas, em tese, a distribuição é mais ou menos essa. Com esse dinheiro, mesmo que aplicássemos todos esses R$585 milhões só na provisão de habitação, na construção de novas moradias, todo o esforço orçamentário do município seria capaz de produzir quatro mil unidades por ano. Então, quando olhamos isso e vamos para o déficit, para atender as 470 mil unidades, estimando um custo de R$150 mil – esse é um número que apuramos, peguei Minha Casa Minha Vida, peguei COHAB, peguei Operação Urbana, e, fora o terreno, o custo de produção médio nosso é de R$150 mil – iríamos precisar de R$71 bilhões. E gastar 120 anos para atender o que precisamos hoje. Imaginando que não crescesse, teríamos necessidade de R$71 bilhões para atender 470 mil, em 120 anos. Então, só daí extraímos o tamanho do nosso problema. Como eu disse, as metas formais que temos de execução e acompanhamento; todo o aparato legislativo, os órgãos de controle, têm nas metas o instrumento de acompanhamento da nossa execução. A Meta 26 é a que comporta as provisões de novas moradias e onde a PPP de habitação se encaixa. São quatro mil unidades que estão dentro da meta. Não significa que iremos fazer quatro mil. Para entregar quatro mil, temos que dar a partida em um conjunto bastante maior do que isso para as PPPs. O que estamos formulando? Já aprovamos dentro do Conselho Municipal de Desestatização, no município, por força de uma legislação que já existe, foi reformulada recentemente, levamos ao Conselho um programa para 34 mil unidades habitacionais. Então, o que aprovamos no programa são 34 mil. E vamos perseguir esse espectro de atendimento, essa distribuição de atendimento. São 60% de HIS 1 e HIS 2 quando tratamos de ZEIS. Quando é não ZEIS não temos essa exigência. Mas, nas áreas que andamos, e ainda não estão todas definidas, mas que já andamos examinando, há áreas que são não ZEIS. E, mesmo sendo não ZEIS, vamos colocar lá um percentual importante de HIS 1 e HIS 2. É por isso que nós, no programa, vamos perseguir e fazer no conjunto, seja ZEIS ou não ZEIS, pelo menos 60% de HIS 1 e HIS 2. Estamos colocando como elemento forte, para quem já acompanhou a PPP do Estado, o equipamento público é um elemento forte e o Presidente Edson e o Secretário Chucre já andaram conversando com o secretário de educação, secretário de saúde, secretário de desenvolvimento social, para que possamos, junto com os empreendimentos que vierem a ser construídos de habitação, incorporar equipamentos públicos. Equipamento público, estamos falando até, eventualmente, de uma melhora de equipamentos de estrutura de edificações para as prefeituras regionais, porque alguns dos terrenos que mapeamos são de prefeituras regionais. Então, a nossa PPP vai ter, além do que é o mandatório dela, que são serviços, é um percentual dos investimentos, da ordem de 20% do que investirmos em habitação, vamos investir em equipamento e em média também um percentual da ordem de 20% para fazer HMP. Só quero lembrar que o HMP vai até dez salários. Os estatutos da COHAB admitem que vamos além do que os dez salários. E aí preciso dizer que também temos um plano de fazer em áreas que eventualmente sejam da COHAB, que tenham sido adquiridas sem recursos do Fundo ou sem recursos do orçamento, porque são áreas antigas, que precisamos desenvolver. E não vamos esconder que talvez façamos alguns empreendimentos para uma classe maior, por exemplo, servidores públicos e tal, por uma razão muito simples. Queremos reativar a capacidade de investimentos da COHAB também, que o presidente e eu vimos conversando bastante disso, da necessidade de a COHAB voltar a ter um protagonismo nesse segmento, até porque os órgãos de controle também passam a cobrar mais fortemente uma atuação mais consistente da companhia. A PPP não consegue ser desenvolvida se não aglutinarmos, não é só a iniciativa privada, mas todos os segmentos: Sociedade Civil Organizada, Estado, União. Há diversas negociações do presidente com a União, de incorporarmos algumas áreas que venham da União para esse programa. Aqui vou passar bem rápido porque são conceitos, o que procuramos: requalificar espaços urbanos, ocupar áreas que estejam subutilizadas ou vazias, algumas coisas disso que falamos sempre, que é onde é que iremos fazer. Embora estamos colocando no programa, como eu disse, a PPP, considero um instrumento bastante poderoso para ser usado de modo trivial. Tem que ser usado para realmente fazer uma oferta importante e também resolver problemas antigos, crônicos. Queremos fazer algumas ações que resolvam problemas em grandes favelas de São Paulo, onde possamos, tudo conversado e discutido, com participação popular, bem feito, fazer uma reciclagem de alguns territórios que são áreas públicas e que enxergamos como um grande potencial de alavancar a produção de novas moradias e requalificar os espaços. Também temos uma preocupação com alguns setores da área ambiental da cidade, como a Cantareira, como os mananciais, e devemos colocar dentro do programa alguns focos de atuação nesses segmentos. Também é foco do Programa de PPP garantir as questões de mobilidade, procurar implantar quanto mais próximo possível dos eixos, das grandes artérias de transporte, das estações ferroviárias e de metrô, enfim, tudo dentro daquilo que já está colocado no Plano Diretor Estratégico das áreas de estruturação urbana. Sempre obedecendo as grandes diretivas. Na época que fizemos a PPP de São Paulo, não existiam essas diretivas dentro do Plano Diretor. Então, tivemos que escrever muitas coisas e colocar como diretriz do próprio edital. No nosso caso aqui, elas já estão dadas, já viraram realidade dentro do arcabouço legal do município. Então, vamos fazer os projetos evidentemente em obediência à lei que trata do PDE e da lei que trata do uso do solo, além do Código de Obras que também é recente. Também aqui há uma diferença em relação ao que fizemos, pelo menos, de início, no Estado, que foi fazer um projeto iniciando pela área central. Aqui não é que não vai existir. Temos algumas áreas para colocar na PPP, mas vamos buscar atuar mais nas bordas das cidades porque dentro do programa é intenção criar algumas novas centralidades. Muito se discute e vamos procurar trazer para a PPP essas questões de criar empregos em várias regiões da cidade, criar uma implantação que leve não só a ter apenas a moradia, mas também que segure um pouco essa população, que possa haver um deslocamento menor. E acreditamos que, fazendo isso de modo mais espalhado na cidade, o êxito é interessante. Até porque o Estado continuará fazendo junto com o município as suas PPPs dentro da Cidade de São Paulo. Está lá o Estado articulando algumas coisas que estamos junto com ele. Mas aqui, no nosso projeto inicial, estamos imaginando fazer várias atuações, em vários pontos da cidade, para criar essas novas centralidades, algumas maiores, algumas menores, fazendo essa atuação mais equilibrada dentro da cidade. Também podemos passar isso porque já disse que é um instrumento poderoso para auxiliar na oferta de unidades. Aqui um pouco das áreas que já andamos examinando. Examinamos áreas municipais, estaduais e